

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA TRIBUTÁRIA

Marcio Roberto Piccoli ¹

Eduardo Rigo ²

Marina Paz Almeida ³

RESUMO

Na pesquisa analisou-se a distribuição da riqueza nas Demonstrações do Valor Adicionado das empresas da região sul listado na B3 referente aos anos de 2013 a 2017 e a sua relação com a arrecadação dos municípios sedes. A amostra é de 40 empresas, sendo que desses não fazem parte os bancos. A pesquisa caracteriza em básica qualitativa. Os dados utilizados na pesquisa são os apresentados pelas empresas em suas demonstrações contábeis e pelos municípios por meio dos orçamentos. A análise dos dados foi feita a partir de comparação das distribuições realizadas contidas nas demonstrações das empresas com os orçamentos dos municípios. Constatou-se que apesar da região possui várias empresas de capital aberto e com o um valor adicionado liquido alto, para os municípios sedes a principal arrecadação não são originadas destas, constatou também que com relação as atividades desempenhadas pelas entidades são em grande parte industrial ou comercio e que através da análise da Demonstração do Valor Adicionado, as destinações destes setores para com os impostos municipais não foram expressivas.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado; Orçamentos Municipais; Geração de Riqueza; Distribuição de Riqueza.

ABSTRACT

The survey analyzed the distribution of wealth in the Value Added Statements of companies in the southern region listed on B3 for the years 2013 to 2017 and its relation with the revenue of the municipalities headquarters. The sample is of 40 companies, of which the banks do not belong. The research is characterized in qualitative basic. The data used in the survey are those presented by the companies in their accounting statements and by the municipalities through budgets. The analysis of the data was made from a comparison of the realized distributions contained in the company statements with the budgets of the municipalities. It was found that although the region has several companies with a high liquid value added, these do not contribute significantly individually in the municipal revenue in the municipalities headquarters. It was found that although the region has several public companies and with a high liquid value added, for the municipalities headquarters the main collection does not originate from these, also found that in relation to the activities performed by the entities are largely industrial or and that through the analysis of the Value Added Statement, the allocations of these sectors to municipal taxes were not significant.

¹ Mestre em Ciências Contábeis. Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: marcio.piccoli@unoesc.edu.br

²) Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: eduardorigo.jba@hotmail.com.

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: marinapazalmeida@hotmail.com.;

Keywords: Value Added Demonstration; Municipal Budgets; Wealth Generation; Distribution of Wealth.

1 INTRODUÇÃO

Com o decorrer do tempo houve-se a necessidade de cada vez mais as entidades realizarem a divulgação das suas informações para seus usuários, a fim de tornarem-se transparentes e compreensíveis, dando assim suporte para a tomada de decisão aos usuários, intuito qual a Demonstração do Valor Adicionado tem cumprindo desde sua criação.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca evidenciar, de forma transparente o valor gerado pelas organizações e sua repartição aos segmentos beneficiários. Segundo Tinoco et al (2011, p. 86) “deve-se ressaltar também a importância da elaboração e divulgação da DVA como instrumento de informações relevantes e ferramenta fundamental para a tomada de decisões”.

Para Cardoso et al (2015, p. 2) “a Demonstração do Valor Adicionado é um dos relatórios que tem o intuito de fornecer informações sobre o valor gerado pelas organizações a partir de sua atividade operacional e evidenciar, também, a repartição aos segmentos beneficiários como: empregados, governo, financiadores[...]”. Esse fornecimento de informações permite uma melhor visualização das organizações por partes dos usuários diretos e pela sociedade, como informação de aspecto econômico ou social.

Segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 4) “a DVA surgiu na Europa, há anos, apesar de ser encontrada na literatura, referência sobre ela no tesouro americano no Século XVIII. Seu desenvolvimento foi impulsionado pela urgência na introdução do imposto sobre valor agregado nos países europeus [...]”.

A sua elaboração e a divulgação passaram a ser obrigatória no Brasil para as companhias de capital aberto a partir do ano de 2008 com a aprovação da Lei nº 11.638/07. Para Cardoso et al (2015, p. 2) “esta lei, além de convergir às normas brasileiras aos pronunciamentos internacionais, modificou a forma de apresentação de certas Demonstrações Contábeis [...] e tornou obrigatória a elaboração da DVA, somente para as companhias abertas”.

De acordo com Konraht, Schäfer e Ferreira (2014), “a DVA trouxe grandes avanços na divulgação de informações de caráter social, ao estabelecer para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto a obrigação de elaborar e divulgar esta

demonstração”. Percebe-se então que o caráter social da DVA é um grande diferencial dessa demonstração, trazendo assim informações importantes de forma mais clara e simples para todos os interessados, após a sua obrigação de elaboração e divulgação.

Deve-se ressaltar ainda, que além de ser obrigatória no Brasil, serve como instrumento de informações relevantes e como uma ferramenta fundamental e eficiente para fins da tomada de decisões por parte dos usuários.

A divulgação da DVA permite que as empresas prestem contas dos seus atos perante a sociedade por meio das suas distribuições. De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 3 e 4) “a Demonstração do Valor Adicionado [...] deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade”. Deste modo utilizando-se desta ferramenta contábil e a fim de entender ainda mais sobre sua importância para a sociedade, tem se como problema de pesquisa: qual a importância da análise da DVA em relação a distribuição tributária das empresas da região sul listadas na B3 dos anos de 2013 a 2017 e a sua relação com a arrecadação dos municípios sedes?

A partir do problema apresentado, o objetivo da pesquisa é de analisar a importância da DVA em relação a distribuição tributária das empresas da região sul listadas na B3 referente aos anos de 2013 a 2017 e a sua relação com a arrecadação dos municípios sedes.

As constantes mudanças sociais tendem a influenciar na contabilidade, desta maneira esta ciência evolui para atender as necessidades econômico-financeiras dos seus usuários, tanto no caráter sócio como no caráter ambiental.

Desse modo o estudo justifica-se por contribuir para a análise da Demonstração do Valor Adicionado, mensurando a distribuição tributária com relação a riqueza gerada pelas empresas da região sul listadas na B3 referente aos anos de 2013 a 2017 e a sua relação com a arrecadação dos municípios. Nessa perspectiva, a contribuição do estudo se dá em três dimensões: teórica, prática e social.

No que se diz respeito a contribuição teórica segundo Szymezak e Leão (2012, p. 73) “A DVA como instrumento contábil, se torna única em sua

característica de mostrar a riqueza gerada e os destinatários da distribuição da riqueza, [...] o que nenhuma outra demonstração é capaz de fazer”.

Nesse sentido, busca-se por meio da DVA evidenciar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas da região sul listado na B3 referente aos anos de 2013 a 2017, estudando as parcelas destinadas aos Impostos, Taxas e Contribuições, para um melhor entendimento da destinação da parcela da riqueza reservada ao governo.

Quanto a contribuição prática, a DVA é um dos relatórios que fornece as informações sobre o valor gerado pelas organizações a partir de sua atividade operacional e evidencia a repartição aos seguimentos beneficiários da distribuição.

De acordo com Kloppel e Schnorrenberger (2011, p. 6) “o valor repassado para os governos federal, estadual e municipal constitui o segundo grupo de remuneração, denominado de Impostos, Taxas e Contribuições (ITC)”. Esse grupo da distribuição da DVA evidencia a prestação de contas da empresa para com a sociedade.

Do ponto de vista social a contabilidade tem papel fundamental de produzir informações sociais, econômicas e financeiras das organizações atendendo aos usuários internos e externos, reproduzindo a posição financeira e patrimonial da entidade na data apresentada. À vista disso a DVA, apresenta aos usuários das demonstrações contábeis “informações relativas a riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas” (CPC 09, 2008).

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para fundamentação do referido estudo são abordados estudos sobre o histórico da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a criação e distribuição da riqueza das empresas da região sul listadas na B3 e a importância da análise da DVA para mensurar o valor gerado nos municípios da região em estudo.

2.1 DVA: geração, distribuição e a sua importancia

Durante muito tempo as informações proporcionadas pela contabilidade foram utilizadas para fornecer informações uteis ao seu principal usuário: o gestor. Porém com o desenvolvimento das empresas, surgiu a necessidade de

amplia-las a outros usuários sendo eles: fornecedores, investidores, fisco e entidades interessadas no patrimônio líquido da empresa.

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX na Europa, especificadamente em países como Alemanha, França e Inglaterra as organizações passaram a serem exigidas por parte de seus trabalhadores, informações relacionadas ao seu desempenho econômico e social (TINOCO, 2001).

Neste aspecto, Ludícibus (2010, p. 59) apresenta que “ a contabilidade é julgada por seus efeitos no campo sociológico. É uma abordagem do tipo “bem-estar social” (welfare), no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados da contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas. ”

Nesse sentido de acordo com Tinoco (2001) a responsabilidade do caráter social das entidades, tendo em vista a contabilidade como ciência destinada a reportar informações aos mais diversos usuários deu origem a aplicação no ano de 1977 o denominado Balanço Social sendo utilizado como uma ferramenta de avaliação do desempenho das entidades perante a sociedade.

Para Dos Santos (2007) a contabilidade por sua vez, está inclusa nas ciências sociais e tem como um dos fatores primordiais a identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade. Observa-se nesse sentido, que a DVA pode oferecer a esse problema de aproximação um estreitamento entre as empresas, principalmente em relação à geração e distribuição de riquezas, e a sociedade que as acolhe.

Ainda para Tinoco et al (2011, p.2) “para satisfazer a demanda por informações, há a necessidade de ter uma demonstração econômico-financeira que propicie transparência e compreensibilidade para seus usuários, surgindo assim, a DVA”. Por meio da DVA é possível obter uma melhor visualização das organizações, por parte dos seus usuários como também da sociedade, configurando-se assim como informação de aspecto econômico e social.

De acordo com França et al (2016, p.7) “a elaboração e análise da DVA é fundamental para compreensão da sustentabilidade econômica da sociedade e para compreensão de como a empresa está inserida neste contexto social”.

Para Ludícibus et al. (2010), as informações da DVA são importantes para:

1) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição de riquezas de casa empresa;

- 2) permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- 3) permitir auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- 4) fornecer informações sobre as remunerações obtidas por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo;
- 5) auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país etc. em que se encontra instalada.

Dessa forma a DVA permite uma melhor avaliação das empresas de uma sociedade, evidenciando todas as riquezas geradas e distribuídas por elas. De acordo com Konraht, Schäfer e Ferreira (2014), a DVA trouxe grandes avanços na divulgação de informações de caráter social, ao estabelecer para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto a obrigação de elaborar e divulgar esta demonstração.

Para Dalmácio, Rangel e Nossa (2003, p.4) “esta demonstração fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza [...] e sobre a forma de como distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção”. Dessa maneira nessa demonstração é possível identificar várias informações relacionadas a vida da empresa que não podem ser evidenciadas em outras demonstrações.

Outro fato importante que a DVA apresenta é que a mesma pode e deve ser utilizada como fonte de informação pelos empregados, investidores, administradores, governo, sócios, fornecedores e até mesmos clientes, pois a mesma apresenta de forma clara todos esses dados, que ficam à disposição para qualquer consulta.

De acordo com Martins, Machado e Callado (2012 p. 7) “na essência, a DVA apresenta pouca informação nova com relação às já contidas na demonstração do resultado, porém, apresenta as informações em um formato diferente, amplo e detalhado, supostamente mais compreensível pelos usuários”. Por isso a mesma deve ser considerada uma demonstração chave para os usuários da contabilidade.

Ainda para Martins, Machado e Callado (2012 p. 7) “a prioridade da DRE consiste em enfatizar o lucro líquido, que, na DVA, corresponde à parcela do valor adicionado destinada aos detentores do capital. Quanto às demais parcelas

do valor adicionado destinadas a empregados, governo e financiadores externos, na DRE, aparecem como despesas”.

As informações utilizadas na DVA são, normalmente, extraídas da DRE. No entanto, não apresentam objetivos semelhantes, mas complementares. A DRE tem por prioridade enfatizar o lucro líquido, que, na DVA, corresponde à parcela do valor adicionado destinada aos detentores do capital. Quanto às demais parcelas do valor adicionado destinadas a empregados, governo e financiadores externos, na DRE, aparecem como despesas. (MACHADO, MACEDO, MACHADO, 2011, p.7).

Ainda para Machado, Macedo e Machado (2011) a DVA apresenta mais notoriedade, em relação às demais vertentes do balanço social, especialmente porque existe um modelo padrão, que permite a comparabilidade, a obrigatoriedade de sua publicação para as companhias abertas, permitindo assim uma maior credibilidade nas informações. Entende-se que, em virtude de sua relevância, a DVA pode ser tratada tanto como a vertente econômica do balanço social, como a vertente social das demonstrações contábeis.

Para Tinoco (2001, p.64) “uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros”, em que se apresenta a DVA.

Segundo Dos Santos (2007) a Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica, sendo que a mesma é um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. Para Boscov e De Souza Bispo (2010, p. 61) a Demonstração do Valor Adicionado apresenta como principais características:

Demonstra a riqueza criada pela entidade e seu destino, como a remuneração de seus empregados; geração de tributos aos governos federal, estadual e municipal; remuneração por utilização do capital de terceiros, sob a forma de despesas financeiras; e remuneração dos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, distribuição de dividendos e retenção de lucros (BOSCOV; DE SOUZA BISPO, 2010, p. 61))

A apresentação da geração e distribuição da riqueza acontece porque a contabilidade e suas demonstrações contábeis fornecem informações sobre diversos âmbitos, tanto financeiros como sociais, permitindo assim que as empresas consigam atender as necessidades de informações de seus usuários internos e externos com informações mais precisas e completas.

Segundo Cunha (2002, p. 42), a DVA “trata-se, pois, de um relatório contábil, que demonstra tanto os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade por meio da absorção da mão de obra da comunidade em que estão inseridas, quanto a sua capacidade de gerar riqueza para economia [...]”. Devido a isso a DVA é considerada de cunho social, pois demonstra várias informações que podem ser utilizadas pelos usuários da demonstração.

Uma das preocupações mais relevantes vista no âmbito empresarial é com os aspectos sociais, ambientais e econômicos das entidades. De acordo com Tinoco et al (2011, p.2) “em virtude disso, houve um aumento na necessidade de informações mais amplas e minuciosas, capazes de fornecer aspectos imprescindíveis para apoiar na decisão de qualquer usuário dessas informações”. Dessa maneira após a divulgação da Lei 11.638/07 e a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado foi possível evidenciar de maneira mais clara os principais aspectos das entidades.

No Brasil a DVA tornou-se obrigatória para as companhias abertas, a partir da promulgação da Lei nº 11.638/07 que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76, antes disso a sua elaboração e divulgação era incentivada pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

De acordo com Tinoco et al (2011) “deve-se ressaltar a importância da elaboração e divulgação da DVA, que além de ser obrigatória no Brasil, serve como instrumento de informações relevantes [...]”. Apesar de não ser obrigatória conforme as normas internacionais, a DVA no Brasil apresenta grande importância aos seus usuários com as informações nela contida.

Cunha e Santos (2005, p. 4) afirmam que “como a DVA evidencia a geração de riqueza pela empresa e sua forma de distribuição aos agentes que colaboraram na sua criação, constitui-se numa visão nova para os trabalhadores sobre o desempenho das entidades”. Fato importante no que se diz respeito ao cunho social da DVA, pois a mesma mostra a realidade efetiva das entidades para os interessados.

Dessa forma uma das funções da Demonstração do Valor adicionado é evidenciar a riqueza gerada, individualmente por cada entidade. Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.3) “A demonstração do valor adicionado evidencia a riqueza que foi gerada, individualmente, por uma entidade”. Dessa forma pode-se dizer que a soma das importâncias agregadas representam a soma das riquezas geradas.

Outro fato importante sobre os dados contidos na DVA, segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 3) é de que “permite, além da identificação da riqueza gerada exclusivamente pela empresa, [...] apresentando, ainda, um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários: empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas. ”. De acordo com o CPC 09, a Demonstração do Valor Adicionado deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e como elas foram distribuídas.

Quanto as suas características, o CPC 09 estabelece que a DVA deve ser detalhada, “aos investidores e outros usuários proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida, a decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) ”.

De acordo com Cardoso et al (2015, p.4) “a primeira parte da DVA contém os principais componentes de riquezas que são as receitas[...]. Já em sua segunda parte está contido a distribuição para o pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capitais próprios”. Ambas as partes são detalhadas de forma que os usuários tenham o maior entendimento possível da sociedade representada na demonstração.

Para Santos, Chan e Silva (2007, p.8) “a DVA, como parte integrante do balanço social, destaca-se por fornecer informações referentes à geração e distribuição de riquezas pela empresa, além de representar um importante papel para o ambiente macroeconômico”. Como a DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos a mesma busca apresentar a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.2) “o Balanço Social é o instrumento que a contabilidade coloca à disposição da sociedade para demonstrar suas relações com a empresa.”. Dessa maneira a DVA é uma das demonstrações contidas no balanço social com o intuito de evidenciar informações relevantes a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza da pesquisa a mesma classifica-se como de natureza básica, pois tem como objetivo gerar novas informações através da análise da demonstração do valor adicionado das empresas da região sul listadas na B3 referente aos anos de 2013 a 2017 e a sua relação com a arrecadação dos municípios, a fim de gerar novas informações e dados importantes das empresas. De acordo com Moresi et al (2003, p.8) a pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. ”

Relacionado à abordagem da pesquisa o presente estudo é de caráter qualitativo, pois busca a análise de um grupo de empresas da região sul listado na B3 referente aos anos de 2013 a 2017, a obtenção de informações da DVA. Para Gil (1991, p. 83) “uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados a partir de certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes mostram-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é do tipo descritiva com a finalidade de apresentar os resultados encontrados com exatidão, para que possa ser possível entender e conhecer a importância das empresas nas cidades as quais estão instaladas. Segundo Zanella (2011, p.34) “a pesquisa descritiva procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas”.

Na concepção de Gil (1999) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.”.

Para cumprir com o objetivo da pesquisa, foram analisadas a Demonstração do Valor Adicionado e a respectiva receita do município da qual a empresa está instalada. O estudo tem como base arquivos que estão expostos

para acesso nos sítios eletrônicos da B3 e também dos orçamentos municipais nos portais de transparência dos municípios.

A população do presente estudo são as Demonstrações do Valor Adicionado das empresas da região sul listado na B3 referente aos anos de 2013 a 2017 e os orçamentos municipais das prefeituras das cidades onde as empresas estudadas estão instaladas.

Neste caso a amostra de dados é intencional, pois foram analisadas as empresas que fazem parte B3 na região sul, os pesquisadores investigaram 40 empresas que tem suas ações negociadas na bolsa de valores e que pertencem aos setores de indústria, comércio e serviços. Presume-se de que as empresas que são integrantes a estes setores arrecadam aos municípios diferentes proporcionalidades em comparação a sua riqueza gerada. A amostra é a apresentada na Tabela 1 desmembrado entre ramo de atuação, empresa, municípios e estado.

Tabela 1 – Amostras da Pesquisa

RAMO	EMPRESA	CIDADE SEDE	ESTADO
Indústria	Brf S.A.	Itajaí	SC
Indústria	Celulose Irani S.A.	Porto Alegre	RS
Serviço	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	Florianópolis	SC
Serviço	Cia Catarinense De Aguas E Saneam. Casan	Florianópolis	SC
Serviço	Cia Estadual De Distrib Ener Elet-Ceee-D	Porto Alegre	RS
Comércio	Cia. Habita sul De Participações.	Porto Alegre	RS
Comércio	Cia Hering	Blumenau	SC
Serviço	Cia Paranaense De Energia - Copel	Curitiba	PR
Serviço	Cia Saneamento Do Paraná - Sanepar	Curitiba	PR
Serviço	Cinesystem S.A.	Maringá	PR
Indústria	Conservas Oderich S.A.	São Sebastião do Caí	RS
Serviço	Dimed S.A. Distribuidora De Medicamentos.	Eldorado do Sul	RS
Indústria	Dohler S.A.	Joinville	SC
Indústria	Electro Aco Altona S.A.	Blumenau	SC
Indústria	Excelsior Alimentos S.A.	Santa Cruz do Sul	RS
Comércio	Forjas Taurus S.A.	São Leopoldo	RS
Comércio	Grazziotin S.A.	Passo Fundo	RS
Indústria	Josapar-Joaquim Oliveira S.A. - Particip	Porto Alegre	RS
Indústria	Karsten S.A.	Blumenau	SC
Comércio	Lojas Renner S.A.	Porto Alegre	RS
Indústria	Marcopolo S.A.	Caxias do Sul	RS
Serviço	Metalúrgica Riosulense S.A.	Rio do Sul	SC
Serviço	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	Timbó	SC

Serviço	Ouro Verde Locação E Serviço S.A.	Curitiba	PR
Comércio	Panatlantica S.A.	Gravataí	RS
Indústria	Pomifrutas S/A	Fraiburgo	SC
Serviço	Positiva Tecnologia S.A.	Curitiba	PR
Indústria	Randon S.A. Implementos E Participações.	Caxias do Sul	RS
Serviço	Rge Sul Distribuidora De Energia S.A.	São Leopoldo	RS
Serviço	Rio Grande Energia S.A.	Caxias do Sul	RS
Serviço	Schulz S.A.	Joinville	SC
Serviço	Stara S.A. - Indústria De Implementos Agrícolas	Não me Toque	RS
Serviço	Statkraft Energias Renováveis S.A.	Florianópolis	SC
Indústria	Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	Blumenau	SC
Indústria	Têxtil Renauxview S.A.	Brusque	SC
Serviço	Trevisa Investimentos S.A.	Porto Alegre	RS
Indústria	Tupy S.A.	Joinville	SC
Indústria	Unicasa Indústria De Móveis S.A.	Bento Gonçalves	RS
Indústria	Weg S.A.	Jaraguá do Sul	SC
Indústria	Wetzel S.A.	Joinville	SC

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as instituições analisadas não fará parte da amostra de estudo as empresas financeiras, de modo que as informações dessas instituições não se encaixam no objetivo principal da pesquisa.

Os dados foram calculados através de planilhas eletrônicas em Excel, utilizando-se dos valores de receitas municipais arrecadados e as distribuições de valor adicionado para os municípios pelas empresas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados foi feita a partir de comparação das distribuições realizadas contidas nas demonstrações das empresas com os orçamentos dos municípios, de maneira que foi possível observar o montante de valor de imposto, taxas e contribuições que as empresas pagam e também o quanto isso representa efetivamente para cada município que está instalado suas sedes.

No estudo foram analisadas as empresas matrizes que pertencem à região sul respectivamente ao seu município sede, para que pudesse ser observado o tamanho do impacto que a organização tem sobre município que pertence.

Por meio das buscas dos dados de orçamentos municipais verificou-se três situações onde os municípios não divulgaram os orçamentos de todos os

anos analisados. O município de Florianópolis/SC não disponibilizou os relatórios orçamentais dos anos de 2015 e 2016, já os municípios de Maringá/PR e de São Sebastião do Caí/RS não divulgaram os dados de 2013, por esse motivo também foram excluídas das análises as empresas que tinham como cidade sede estes municípios.

É importante salientar que devido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 todos os poderes nas três esferas de governo são obrigados a realizar essas publicações, o que nesse caso os municípios não estão sendo transparentes com suas informações.

Além disso, algumas empresas pertencentes às amostras da pesquisa apresentaram seus dados na DVA de forma ampla, não contendo assim os dados específicos necessários dos impostos municipais distribuídos na demonstração a serem utilizados para a análise, conforme relação abaixo na Tabela 2.

Tabela 2 – Empresas que não apresentavam impostos municipais na DVA

EMPRESA	CIDADE SEDE	ESTADO
Cinesystem S.A.	MARINGÁ	PR
Excelsior Alimentos S.A.	SANTA CRUZ DO SUL	RS
Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	FLORIANÓPOLIS	SC
Cia Catarinense De Aguas E Saneam. Casan	FLORIANÓPOLIS	SC
Ouro Verde Locação E Serviço S.A.	CURITIBA	PR
Statkraft Energias Renováveis S.A.	FLORIANÓPOLIS	SC

Fonte: Dados da pesquisa.

Devido à ausência dos dados as empresas mencionadas na Tabela 2 não puderam fazer parte da amostra da pesquisa.

No que se diz respeito às empresas analisadas, conforme Tabela 3, apresenta-se os dados separados por estados e por período estudado, demonstrando o Valor Adicionado Líquido de cada estado como também o valor de imposto municipal distribuído agrupado por empresas sede por estado.

Tabela 3 – Valor Adicionado Líquido X Valor Impostos Municipais dos estados

Ano	Estado	Empresas	Imposto Municipal	Valor Adicionado Líquido	% Imposto s/ Valor Adicionado Líquido
2013	Paraná	3	6.154	8.810.364	0,07%
	Santa Catarina	14	16.781	17.692.157	0,09%
	Rio Grande do Sul	16	42.123	13.052.145	0,32%
2014	Paraná	3	8.385	10.163.935	0,08%
	Santa Catarina	14	20.842	20.702.452	0,10%
	Rio Grande do Sul	17	55.744	14.017.228	0,40%
2015	Paraná	3	11.952	16.988.127	0,07%
	Santa Catarina	14	21.488	25.258.252	0,09%
	Rio Grande do Sul	17	54.323	16.343.110	0,33%
2016	Paraná	3	9.859	15.772.056	0,06%
	Santa Catarina	14	26.274	20.998.333	0,13%

*Valores expressos em milhares. Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se pelos dados demonstrados na Tabela 3, que o estado do Rio Grande do Sul é o estado que mais possui empresas listadas na B3 da região sul nos anos de 2013 a 2017 com o total de 16 empresas em 2013 e de 2014 à 2017 com 17 empresas. Além disso, o estado do Paraná é o estado que possui a menor quantidade de empresas que tem sua matriz no estado, com três empresas no total de todos os anos analisados, consequentemente a isso é o estado com a menor arrecadação de impostos municipais da região sul no período analisado, consequentemente a isso é dependente de empresas que tem suas sedes fora e também de empresas de Capital Limitado.

Outro dado importante demonstrado na Tabela 3, é de que o estado do Rio Grande do Sul é o estado que tem maior distribuição de sua riqueza aos impostos municipais tendo no ano de 2013 o valor de R\$ 42.123, 2014 R\$ 55.744, 2015 R\$ 54.323, 2016 de R\$ 61.868 e 2017 de R\$ 75.041, mesmo possuindo o valor adicionado líquido menor que o de Santa Catarina que é o segundo estado com mais empresas em todos os anos estudados, tendo 14 empresas no total no período.

Ressalta-se para esta análise que os ramos de atuação de empresas S/A em cada estado influenciam diretamente nos percentuais de distribuição. Nesse

sentido, verificou-se que no Rio Grande do Sul as entidades têm como principal atividade o Comércio e Administração de Crédito Imobiliário o qual recebe um percentual de maior distribuição gerando consequentemente um maior índice.

Além disso, analisou-se a relação da receita corrente líquida de cada município pertencente à amostra e a arrecadação líquida de impostos municipais das empresas, excluindo se aquelas que não completaram se os dados do período analisado conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Receita Corrente Líquida x Impostos Empresas

Cidade	Descrição	2013	2014	2015	2016	2017
Bento Gonçalves	Impostos Municipais / Receita do Município	0,03%	0,05%	0,05%	0,05%	0,04%
Blumenau	Impostos Municipais / Receita do Município	0,05%	0,05%	0,04%	0,05%	0,05%
Brusque	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,16%	0,14%	0,12%	0,14%	0,15%
Caxias do Sul	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,54%	0,92%	0,37%	0,42%	0,43%
Curitiba	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,11%	0,13%	0,18%	0,13%	0,14%
Eldorado do Sul	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	2,27%	2,18%	2,29%	1,88%	1,88%
Fraiburgo	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,04%	0,04%	0,02%	0,02%	0,05%
Gravataí	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,04%	0,03%	0,04%	0,04%	0,03%
Itajaí	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Jaraguá do Sul	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	1,71%	2,04%	2,13%	2,60%	2,43%
Joinville	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,39%	0,40%	0,44%	0,40%	0,58%
Não Me Toque	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,001%	0,001 %	0,001 %	0,001 %	0,001 %
Passo Fundo	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,11%	0,16%	0,21%	0,19%	0,18%

Porto Alegre	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,67%	0,68%	0,75%	0,83%	0,98%
Rio do Sul	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,04%	0,02%	0,02%	0,10%	0,06%
São Leopoldo	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,05%	0,09%	0,20%	0,12%	0,14%
Timbó	Impostos Municipais / Receita Corrente Líquida Município	0,06%	0,05%	0,05%	0,05%	0,06%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que referente aos percentuais obtidos com relação às arrecadações das entidades e a sua importância para o orçamento do município a partir da Matriz da empresa instalada nestes, é em sua maioria sem significância, porém há municípios que essas entidades arrecadam diretamente mais que 1% de toda a receita líquida do orçamento anual, é o que se demonstra nos Municípios de Eldorado do Sul – RS teve o percentual de 2,27% para 2013, 2,18% em 2014, 2,29% em 2015 e em 2016 e 2017 de 1,88% e Jaraguá do Sul – SC com 1,71% em 2013, 2,04 em 2014, 2,13% em 2015, 2,60% em 2016 e 2,43% em 2017, devido a um índice maior de participação na arrecadação direta do município.

O que torna o índice mais atrativo é a quantidade de empresas que são sede nestes municípios, o município de Eldorado do Sul - RS sedia somente uma do setor comercial e no caso de Jaraguá do Sul – SC há somente uma empresa do setor industrial, vale ressaltar que além destes impostos municipais arrecadados diretamente, há também retorno sobre parte do recolhimento do imposto estadual ICMS e sobre os impostos Federais. Não sendo o foco de nosso estudo.

Cada setor possui um percentual de distribuição diferente com relação aos demais, isso é evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 – Imposto Municipal X Valor Adicionado Líquido por setor

Setores	Descrição	2013	2014	2015	2016	2017
Agropecuária / Agricultura	Imposto Municipal / VAL	0,42%	0,58%	1,99%	0,63%	2,92%
Alimentos	Imposto Municipal / VAL	0,04%	0,06%	0,04%	0,11%	0,12%
Bens Industriais	Imposto Municipal / VAL	0,31%	0,29%	0,27%	0,36%	0,39%

Comércio (Atacado e Varejo)	Imposto Municipal / VAL	0,87%	0,86%	0,87%	0,92%	1,04%
Const. Civil, Mat. Constr. e Decoração	Imposto Municipal / VAL	0,11%	0,20%	0,20%	0,33%	0,32%
Energia Elétrica	Imposto Municipal / VAL	0,03%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%
Emp. Adm. Part. - Alimentos	Imposto Municipal / VAL	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Emp. Adm. Part. - Crédito Imobiliário	Imposto Municipal / VAL	5,08%	7,47%	4,85%	6,44%	20,97%
Emp. Adm. Part. - Máq., Equipamentos.	Imposto Municipal / VAL	0,19%	0,22%	0,19%	0,28%	0,26%
Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal	Imposto Municipal / VAL	0,09%	0,13%	0,05%	0,17%	0,21%
Indústria Metalúrgica	Imposto Municipal / VAL	0,23%	0,28%	0,29%	0,42%	0,48%
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	Imposto Municipal / VAL	0,07%	0,56%	0,13%	0,12%	0,24%
Papel e Celulose	Imposto Municipal / VAL	0,20%	0,36%	0,35%	0,33%	0,44%
Saneamento, Serv. Água e Gás	Imposto Municipal / VAL	0,10%	0,10%	0,09%	0,08%	0,08%
Tecnologia da Informação	Imposto Municipal / VAL	0,18%	0,14%	0,12%	0,13%	0,17%
Têxtil e Vestuário	Imposto Municipal / VAL	0,30%	0,34%	0,35%	0,42%	0,36%

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da Tabela 5 permite entender o principal motivo de que mesmo com um valor adicionado abaixo do estado de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul tem empresas que distribuem maiores percentuais para o Imposto Municipal, sendo duas no setor de Comércio e Atacado com o percentual de 0,87% em 2013 e 2015, 0,86% em 2014, 0,92% e, 2016 e 1,04% em 2017 e uma única empresa de crédito imobiliário com 5,08% em 2013, 7,47% em 2014, 4,85% em 2015, 6,44% em 2016 e -20,97% em 2017.

Outro dado também demonstrado na Tabela 5, é de que o ramo de Emp. Adm. Part. Alimentos e de serviços com energia elétrica possuem o menor percentual entre a arrecadação municipal e o valor adicionado líquido entre todos

os anos analisados. O setor de Emp. Adm. Part. Alimento tem os percentuais em todos os anos de 0,01%, já o de Energia Elétrica foi de 0,03% em 2013 e de 0,05% de 2014 á 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constante exigência e evolução por parte de sua transparência social, a contabilidade com o suporte de suas demonstrações contábeis busca cada vez mais atender à exigência de seus usuários sendo eles internos ou externos, as Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) das entidades que são sede no sul do País e que negociam suas ações na bolsa de valores durante o período em análise, nos remetem ao nível de importância da arrecadação direta comparado ao município a qual está instalada.

A pesquisa demonstrou que apesar de grandes empresas estarem alocadas na região sul e apresentarem um valor adicionado líquido consideravelmente alto, os impostos municipais distribuídos das mesmas aos municípios individualmente não representam praticamente nem 1% de valor relacionado à arrecadação líquida direta de seus municípios sedes, o que também pode ser justificado ao baixo percentual de participação na arrecadação é o alto índice predominância de empresas de capital limitado na maioria das vezes de características familiares e outras pertencentes a bolsa de valores porém estas sedes em outros estados, comparado as empresas matrizes pesquisadas nos mesmos municípios dos quais fazem parte da pesquisa.

Também é possível perceber uma baixa importância da arrecadação de impostos dos três estados relacionado ao valor adicionado líquido, em todos os anos analisados os três estados não obtiveram um percentual alto sobre o valor adicionado, ficando sempre abaixo de 1%. O estado com a maior contribuição de impostos foi o do Rio Grande do Sul, o que está relacionado à sua maior quantidade de empresas em comparação aos outros estados estudados.

Além disso, concluímos que os maiores percentuais de contribuição entre os setores veem do Comércio e Atacado e de uma única empresa de crédito imobiliário, devido que esses ramos possuem um maior percentual de contribuição municipal, elevando assim no grupo em geral o total contribuído. Já os setores com menor percentual foram os de Alimentos e de Energia Elétrica em todos os anos analisados.

Diante de tais considerações percebeu-se que a DVA permite diversas formas de análise perante seu valor Adicionado e seus valores distribuídos em sua demonstração, sugere-se assim que sejam realizados estudos complementares que fundamentem tais resultados encontrados nesta pesquisa, além pela importância dos resultados e discussões ocorridas na pesquisa, que possa ser aplicado em amostra de maior abrangência e que seus resultados sejam submetidos a comparações de toda a Federação, a pesquisa limitou-se com relação ao demonstrativo e sua comparação, a demonstração do valor adicionado é gerada de forma consolidada, sem contar com dados separados das filiais da entidade, as quais também arrecadam para municípios sedes, diante disso a principal limitação foi buscar apenas municípios sedes das demonstrações consolidadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCOV, Camila; DE SOUZA BISPO, Jorge. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. **ConTexto**, v. 10, n. 17, p. 59-70, 2010.

CARDOSO, Thuine Lopes; FERREIRA, Luiz Felipe; MALAGOTTI, Luciana; LOHN, Joana. **Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos**: Um olhar sobre a DVA. São Paulo: 2015.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. 2008. Disponível em:
<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado- DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 37 p. 1-13, 2005.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RANGEL, Luciene Laurett; NOSSA, S. N. A demonstração do valor adicionado sob uma nova perspectiva. **Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo**, v. 8, 2003.

DOS SANTOS, Arioaldo; CHAN, Betty Lilian; DA SILVA, Fabiana Lopes.

Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 2, p. 06-21, 2007.

DOS SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. Atlas, 2007.

FRANÇA, Silvano et al. Relevância da prestação de contas das instituições de ensino superior à sociedade. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade** (ISSN 2318-3233), v. 6, n. 3, p. 4- 22, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A. v.3, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: **Atlas**, 2010.

KLÖPPEL, Fábio Vilson; SCHNORRENBARGER, Darci. Análise da geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõe o IBOVESPA por meio da DVA. 2011.

KONRAHT, Jonatan Marlon; SCHÄFER, Joice Denise; FERREIRA, Luiz Felipe. A tendência do custo tributário e o valor adicionado nas empresas de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2014.

LEI Nº 11.638, de dezembro de 2007. Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>.
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, de 4 de maio de 2000. Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>.

MACHADO, Márcio André Veras; MACEDO, MÁRS; MACHADO, Márcia Reis. Análise do conteúdo informacional da DVA no mercado de capitais brasileiro. In: **Congresso USP** de Controladoria e Contabilidade, 11º. 2011.

MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Análise da aditividade de value relevanceda DFC e da DVA ao conjunto de demonstrações contábeis: evidências de empresas brasileiras de capital aberto. In: VI **CONGRESSO ANPCONT**. 2012.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. Brasília: **Universidade Católica de Brasília**, v. 108, p. 24, 2003.

SZYMCZAK, Márcio; LEÃO, Sandro Everton. A importância da demonstração do valor adicionado (DVA) no ambiente econômico e social brasileiro. **Contabilidade & Amazônia**, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio et al. **Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA)** –período de 2005 a 2007. *Revista Ciências Administrativas*, v. 17, n. 1, p. 84-111, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Atlas, 2001..

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2006

Data recebimento do artigo: 20/02/2019
Data do aceite de publicação: 10/07/2019